



meses, talvez anos, porém os fatos revelam algo contraditório: é possível afirmar que o golpe militar em sua essência foi executado por acaso, no momento em que João Goulart encontrava-se enfraquecido após um discurso feito aos Suboficiais e Sargentos no Automóvel Clube do Rio de Janeiro, pautado na necessidade de reforma tributária, agrária e eleitoral.

Passado o primeiro momento da intervenção e todo o imbróglio da circunstância a que estava submetido o Brasil, a situação econômica do País mostrava os seguintes números: inflação de aproximadamente 100% no primeiro trimestre de 1964, crescimento do PIB de 0,6% em 1963, endividamento público de US\$ 3,3 Bilhões em 1964 e certo desajuste no balanço de pagamentos causado pelas commodities.

Tendo esse cenário pela frente, a equipe de planejamento econômico que assumiu juntamente com o Presidente Gen. Humberto Castelo Branco (1964 a 1967) e Gen. Artur da Costa e Silva (1967 a 1969), arquitetou o que foi chamado de PAEG (Programa de Ação Econômica do Governo), dispositivo que tinha como principais objetivos a redução da meta inflacionária, o aumento consistente do Produto Interno Bruto, a redução das diferenças econômicas sociais entre classes, a garantia do nível empregatício e o controle do balanço de pagamentos.

Na prática, o governo fez uso de políticas financeiras (tributária, monetária, bancária, de investimento público e de redução do déficit,), políticas econômicas internacionais (câmbio e comércio exterior, consolidação da dívida externa e incentivo de entrada de capital estrangeiro), e política de produtividade social (salarial, agrária, habitacional e educacional), para obter os indicadores econômicos projetados dentro do PAEG.

Uma das políticas adotadas foi o controle do salário mínimo, instituindo regras que permitissem o reajuste de acordo com um percentual fixo e uma vez ao ano, reduzindo consideravelmente o índice do salário nos anos subsequentes à entrada do regime, tendo como objetivo final alcançar um processo deflacionário utilizando um meio ortodoxo, ou seja, retirando da economia a disponibilidade de moeda.

Essa ação só poderia ser colocada em prática por um governo ditatorial que impusesse tal condição aos trabalhadores assalariados, utilizado de força e truculência, pois o que foi feito foi um descalabro. Qualquer governo democrático independente do partido político, jamais cortaria do trabalhador algo que de direito lhe foi concedido, o salário. Nessa ação é possível analisar de fato a mão forte do Regime agindo em prol de algo que estava indo contra a população brasileira e de encontro a interesses escusos.

Outra ação feita pelo governo foi a redução de investimento nacional para pequenas e

médias empresas e a abertura do mercado para investimentos do exterior, o que facilitou a vida das grandes empresas e multinacionais que poderiam contar com investimento abundante. Em contrapartida, pequenas e médias empresas foram reduzidas e muitas delas aguardavam soluções mágicas, que obviamente não vieram, obstando-se sua operação, ademais, a dívida externa aumentou consideravelmente, deixando o Brasil na quarta posição em valores monetários tomados externamente.

Essas duas ações executadas pelo Regime Militar demonstram a conotação dos anos de ferro a que o Brasil foi submetido, deixando claros os equívocos cometidos dentro do Regime Militar. O preço pago pelo Brasil por tais decisões foi extremamente alto, ocasionando o aumento exponencial da dívida externa e a desnacionalização do País de maneira geral.

A partir desta análise, é possível afirmar de maneira preliminar, porém irrevogável, que governos ditatoriais como o do Regime Militar, utilizam subterfúgios desconexos à democracia, fazendo valer seu poder por meio do autoritarismo e da submissão, causando transtornos econômicos e sociais dentro de uma nação. Também serve de base para aqueles que hoje clamam pela volta do Regime, para que reflitam sobre essa condição e nunca se esqueçam dos reflexos negativos causados por ela.

## REFERÊNCIAS

- GASPARI, E. **A ditadura envergonhada**. Vol. 1. Coleção as Ilusões Armadas. São Paulo: Cia das Letras, 2002.
- ABREU, M. de P. **A ordem do progresso**. 13ª tiragem. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- IANNI, O. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- SILVEIRA FILHO, J. da S. **Aquarela do Brasil: do café ao Plano Real**. Curitiba: Ed. do Autor, 2012.

A **JANELA ECONÔMICA** é um espaço de divulgação das ideias e produção científica dos professores, alunos e ex-alunos do Curso de Ciências Econômicas das Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba.

- Cada artigo é de responsabilidade dos autores, e as ideias nele inseridas não necessariamente refletem o pensamento do curso.